



# INFORMATIVO SINTERGRS

TRANSPARÊNCIA, COMPROMETIMENTO E  
UNIÃO PARA CONTINUAR AVANÇANDO.

NÚMERO 59 | MARÇO, ABRIL E MAIO DE 2017



# DATA-BASE JÁ!

Milhares param o RS em greve geral contra reformas trabalhista e da previdência

4

Com 5,5 mil cargos vagos, Secretaria Estadual da Saúde não nomeia concursados que esperam há três anos

7

Barrisul terá que devolver valores descontados de servidores devido a antecipação do 13º de 2016

11

## Palavra do Presidente

Nelcir André Varnier

# Data-Base Já!

*Precisamos construir um cenário que possibilite ordem lógica. Assim, teremos as condições necessárias para garantir a tão sonhada reposição anual das perdas salariais, pois é o mínimo que se espera nas relações entre patrão e empregado.*

*Todos sabem que as perdas salariais ocorrem mês a mês, basta um simples cálculo. A rigor, para avançar nas questões remuneratórias, seja por algum avanço, benefício, reposição de perdas, promoção, entre outros direitos assegurados, dependemos da boa vontade daqueles que nos governam e do exercício de pressão dos Sindicatos sobre os mesmos. Pensando nisso e dentro do seu plano estratégico, o Sintergs dará início a uma campanha para instituição da Data-base.*

*Imbuído nesse espírito, o Sintergs vem, já há algum tempo, elaborando um estudo acerca das possibilidades de implementação da Data-base. No entanto, até o momento, o cenário político era desfavorável para viabilizar a apresentação de tal proposta. Diante das mudanças na base governista, principalmente com a saída do PDT, entendemos que há condições de levar adiante essa proposição.*

*A Data-base abrange o período estabelecido em lei, convenção ou acordo coletivo, no qual uma categoria negocia, discute e programa o reajuste dos seus salários. Para os servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul, esse dispositivo requer regulamentação em lei, ou seja, inexistente até hoje.*

*Os servidores da prefeitura de Porto Alegre, por exemplo, possuem uma data para reposição das perdas salariais. Nada é por acaso: comparando os salários dos servidores do Estado do Rio Grande do Sul e dos servidores municipais da capital gaúcha, verifica-se que hoje estes apresentam remuneração maior que os servidores de quadros assemelhados no Executivo Estadual.*

*Na Constituição Federal, especificamente, Artigo 37, inciso X, está assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.*

*Portanto, faltaria estabelecer o dia, mês e índice. Nota-se que temos uma norma incompleta, que deixou para os entes federados regulamentar as decisões de forma concreta.*

*Até agora, nada se fez para resolver este problema. Apesar da nítida falta de vontade dos estados, temos um exemplo a ser seguido. A Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, em 2006, estabeleceu, através de uma Emenda à Constituição (PEC), a Data-base dos servidores estaduais daquele Estado.*

*Torna-se ainda mais sem justificativa a falta de regulamentação dessa questão, evidenciando a incoerência dos nossos governantes e parlamentares quando observamos que o Brasil, membro signatário da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificou as Convenções 151-1981, em 2010 e 154-1983, em 1992. Em conjunto, essas Convenções tratam das relações de trabalho na Administração Pública e fomentam a negociação coletiva.*

*O conteúdo das Convenções estabelece a criação de mecanismos para consecução das negociações por parte do Estado, entre empregado e empregador público. Isso posto, com o descumprimento de tais acordos, evidencia-se a má vontade dos governos, posto que o Brasil é signatário.*

*Portanto, acreditamos que seja viável e factível uma proposta de alteração em nossa Constituição Estadual como forma de promover o tratamento igualitário, dignidade e condições seguras nas vidas de milhares de trabalhadores e aposentados.*

*Assim, oficialmente, além de continuarmos nossa luta para termos a reposição das perdas já acumuladas, das promoções, da garantia dos direitos, entre outras demandas, desencadeamos a campanha **DATA-BASE JÁ!***



# Prestação de Contas 2016 e Reforma Estatutária são aprovadas por associados do Sintergs

Os associados do Sintergs aprovaram, por unanimidade, a prestação de contas de 2016 da entidade. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada na sede do Sindicato, em Porto Alegre, no dia 23 de Março, também foram apresentadas as atividades desenvolvidas em 2016 em áreas como política sindical, salarial e valorização dos servidores públicos.

Na parte da manhã, também ocorreu reunião do Conselho Deliberativo do Sintergs, onde foi discutida e analisada a prestação de contas da en-

tidade relativa ao ano anterior, bem como a proposta de reforma estatutária.

Já na parte da tarde, durante Assembleia Geral Extraordinária, os presentes debateram e votaram a Reforma Estatutária do Sindicato, deixando a entidade em sintonia com sua base.

A Reforma Estatutária visa a simplificar e desburocratizar o processo eleitoral dos Núcleos Regionais, Setoriais e Representantes municipais e dos associados.



Associados aprovaram prestação de contas e reforma do estatuto

## Centenas de servidores realizam manifestação contra reforma da previdência e trabalhista



Centenas protestaram contra reformas da Previdência e Trabalhista

Algumas centenas protestaram, em Porto Alegre, no viaduto das avenidas Bento Gonçalves e Aparício Borges. O ato contou com servidores do Hospital São Pedro, Hospital Sanatório Partenon, Escola de Saúde Pública, Departamento de Ações Farmacêuticas, Ambulatório de Dermatologia, Associação de Moradores da Vila São Judas, Associação de Moradores da Lomba do Pinheiro, servidores da Corag, entre outras entidades.

O dia 15 de Março ficou marcado por protestos em todo o País contra as reformas da previdência e trabalhista, propostas do Governo Federal e que retiram direitos dos trabalhadores do setor público e privado. No Rio Grande do Sul, a direção do Sintergs participou dos atos.

Em Porto Alegre, no fim da tarde, por volta das 17h30, ocorreu também a unificação dos atos na Esquina Democrática, no centro de Porto Alegre.

## Em protesto no aeroporto, centenas pressionam deputados a votarem contra reforma da previdência

Por dois dias consecutivos, manifestantes ligados a entidades sindicais, entre as quais o Sintergs, protestaram no Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre. O objetivo, pressionar parlamentares que embarcavam para Brasília (DF) a votarem contra a proposta de reforma da previdência.

Na terça-feira (25/04), bem como ocorreu na segunda-feira

(24/04), centenas de pessoas participaram do ato. Esses dias foram escolhidos para o protesto por serem os principais dias de deslocamento de parlamentares com destino à Capital Federal.

De acordo com o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, os protestos também foram preparatórios para a greve geral, que ocorreu no dia 28 de abril em todo o País.



Objetivo foi pressionar parlamentares que embarcavam para Brasília (DF)



## Três mil pessoas são atendidas em ação do Sintergs durante Dia Mundial da Saúde



População foi atendida de forma gratuita por equipes de saúde do Sintergs durante Dia Mundial da Saúde

Mais de três mil pessoas foram atendidas pelas equipes de saúde do Sintergs durante o Dia Mundial da Saúde, comemorado todo dia 07 de Abril. A ação ocorreu no centro de Porto Alegre e contou com a participação voluntária de vários servidores associados que atuam na área da saúde.

A população teve a oportunidade de ter acesso à verificação de pressão arterial, glicemia, além de preservativos. Tudo foi oferecido de forma gratuita. Em casos de detecção

de problemas mais graves, as pessoas foram encaminhadas a especialistas e hospitais.

Durante todo o dia, concomitante ao atendimento, a população recebeu panfletos sobre os malefícios da reforma da previdência e explicando a verdade sobre a dívida pública. Em uma carta aberta, o Sindicato destacou a PEC do teto de gastos do governo de Michel Temer, que congela os gastos em saúde e educação por 20 anos e a lei que amplia a contratação de terceirizados.



# Milhares param o RS em dia de greve geral

Em apoio à greve geral chamada pelas centrais sindicais contra a reforma da previdência proposta pelo Governo Federal, o Sintergs realizou piquetes desde as primeiras horas da manhã de sexta-feira (28/04), durante a greve geral dos trabalhadores, bloqueando as entradas dos prédios do Centro Administrativo (CAFF), Daer e da Proergs, no Centro de Porto Alegre.

Os servidores que chegaram de carro foram informados da paralisação e receberam panfletos informativos. As atividades foram mantidas pelo Sintergs durante todo o dia.

Segundo o presidente do Sindicato, Nelcir André Varnier, o protesto foi contra os desvios de dinheiro, salários atrasados, falta de perspectiva e falta de diálogo com o Governo Federal, sinalizado pela destruição da aposentadoria.

“Nós, técnicos, somos afetados como todos os trabalhadores. Essa política que avança é gananciosa, ninguém escapa das consequências dessa violência”, disse.

A violência, conforme Varnier, se apresenta através da falta de acesso à saúde e à segurança. “Toda sociedade está pagando por essa diminuição do Estado. Apontamos onde

está o dinheiro, mas não há ação para buscá-lo”, criticou.

Entre as alternativas para resolver a crise financeira, o presidente do Sintergs cita a compensação à Lei Kandir, de circulação de mercadorias, as isenções fiscais, a sonegação e os juros das dívidas públicas. Cerca de 40% do valor arrecadado no Brasil se destina aos bancos.

## Protesto unificado

Depois de realizar piquetes em todos os portões do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) durante parte da manhã, os quadros representados pelo Sintergs, juntamente com demais servidores estaduais e manifestantes, bloquearam durante 20 minutos a avenida Borges de Medeiros, em frente do CAFF.

Após, todos saíram em caminhada até a Ocupação Lanceiros Negros, na esquina das ruas General Câmara e Andrade Neves. O grupo almoçou no local e, à tarde, se juntou aos milhares de trabalhadores em protesto unificado próximo à Prefeitura de Porto Alegre, onde servidores municipais haviam sido agredidos pela Guarda Municipal.





No interior  
do RS  
o Sintergs  
também  
esteve  
mobilizado

## Sintergs obtém vitória, e mais aposentados com paridade receberão Gisae

O 2º Grupo Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul concedeu, por unanimidade, a segurança pleiteada acerca do pagamento da Gratificação de Incentivo às Atividades Sociais Administrativas e Econômicas (Gisae) ao servidor aposentado com paridade.

No início de março, foram julgados três mandados de segurança postulando o pagamento da Gisae ao servidor que se aposentou com a regra da paridade constitucional. Até o momento, são quatro decisões do TJ beneficiando filiados aposentados do Sintergs com tal entendimento.

“Infelizmente, temos que recorrer ao Judiciário para garantir o direito dos servidores públicos. Nem sempre obtemos resultados positivos, mas neste caso tivemos êxito. São demandas geradas por governos segregadores que desrespeitam a paridade”, destaca o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, que acompanhou o julgamento no TJ, na última sexta (10/03).

Com as últimas decisões, segundo a assessoria jurídica do Sintergs, fica consolidada

a jurisprudência, possibilitando o pagamento da Gisae a aposentados com paridade. Desse modo, associados do Sindicato interessados em ingressar com ação ou saber se possuem esse direito devem entrar em contato com o Sintergs.

### Decisão no fim 2016

No fim de 2016, o 2º Grupo Cível do TJ deu ganho de causa a um servidor público aposentado filiado ao Sintergs em mandado de segurança, estendendo o pagamento da Gisae para inativos.

A ação foi protocolada pelo escritório Japur Advogados por determinação do Sintergs. A decisão do Tribunal de Justiça do RS, favorável ao filiado do Sindicato, criou jurisprudência favorável para pagamento da Gisae para inativos com paridade.

O Estado do RS pode recorrer para Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas não há efeito suspensivo. O pagamento da Gisae para o aposentado que ingressou com ação deve iniciar imediatamente após Estado ser notificado.



Vitória do Sintergs consolida a jurisprudência, possibilitando o pagamento da Gisae a aposentados com paridade

## Denúncia de servidor público foi o que desencadeou Operação Carne Fraca

A denúncia que deu origem à Operação Carne Fraca da Polícia Federal, desencadeada em março, partiu dos próprios servidores públicos. Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical), a denúncia teve origem no próprio Sindicato. A entidade, que representa os fiscais agropecuários federais, acrescenta que as denúncias constam de processo administrativo que tramita no Ministério da Agricultura desde 2010.

Assim como a Anffa Sindical, o Sintergs entende que a operação da PF está alinhada aos objetivos de fiscais agropecuários, no sentido de aprimorar a inspeção de produtos de origem animal.

Denúncias do auditor fiscal federal agropecuário Daniel Gouvêa Teixeira de que carnes estragadas e fora de padrão

eram vendidas por frigoríficos da região de Curitiba foram a origem da Operação Carne Fraca, na qual funcionários do governo e de grandes empresas do ramo foram presos. Além da Anffa Sindical, o portal G1 também publicou reportagem.

O auditor afirma que só conseguiu investigar as fraudes em 2014 porque foi afastado de atribuições pelos chefes da Superintendência Federal da Agricultura no Paraná. Ele diz que essa era uma prática comum com profissionais que fiscalizaram as empresas corretamente e incomodavam o esquema.

### Fiscalização é função de Estado

A Operação Carne Fraca demonstra que o Brasil precisa cada vez mais do papel da fis-

calização agropecuária pública. Essa é a posição do Sintergs, que tem em seus quadros fiscais agropecuários estaduais.

De acordo com a PF, alguns fiscais agropecuários federais estão envolvidos, além das maiores empresas do segmento. Para o Sintergs, o crime praticado por esses servidores – o que deixa a categoria triste – merece punição severa, pois esses servidores públicos não honram a atividade, a qual é responsável por fiscalizar o alimento que o brasileiro consome.

A Operação Carne Fraca no Brasil e a Operação Leite Compensado no RS – essa última que descobriu adulteração de leite e queijos – evidenciam por que o Sintergs sempre foi contrário a qualquer ato que retire do Estado essa atividade de fiscalização essencial que garante que alimentos

impróprios cheguem à mesa da população gaúcha e brasileira. A fiscalização eficiente deve ser função do poder público.

“Os Governos devem entender que serviços públicos de qualidade se fazem com servidores públicos valorizados e atuantes. Só foi possível flagrar a Operação Carne Fraca porque ainda temos servidores públicos presentes e atuantes. Isso a população deve saber”, destaca Antônio Augusto, fiscal agropecuário e membro suplente da diretoria do Sintergs.

No RS, os fiscais estaduais agropecuários integram ações da Força Tarefa de Segurança Alimentar junto com a Vigilância Sanitária Estadual, Polícia Civil e Ministério Público Estadual, fiscalizando e coibindo o comércio irregular de alimentos e protegendo a saúde pública.

## Sintergs cobra do Piratini providências em relação a dívidas de mais de R\$ 3 bi do Fundo de Saúde do IPE

Após tomar conhecimento do Relatório de Inspeção Extraordinária do Tribunal de Contas do RS que analisou o Fundo de Saúde do Instituto de Previdência do RS (FAS/RS), apurando dívidas não regularizadas de entidades que somam mais de R\$ 3 bilhões (processo nº 009077-0200/12-0), o Sintergs cobra providências do Governo do Estado. Em documento encaminhado à Casa Civil, a entidade solicita que seja formada equipe especial para tomar as providências necessárias como forma de efetivar a recuperação dos valores, conforme determina o TCE.

A Inspeção Extraordinária foi determinada pelo TCE em julho de 2012, quando do julga-

mento das contas de 2011 do então Governador Tarso Genro. A análise da situação do Fundo de saúde do IPE abrangeu o período de março de 2004 a junho de 2013.

De acordo com o TCE, em relação à administração do patrimônio imobiliário, o órgão constatou controle precário, detectando casos de abandono, má conservação, falta de regularização e ocupação irregular de diversos prédios.

Ainda é apontado quadro de funcionários efetivos insuficiente e excesso de servidores temporários. Além disso, o tribunal observa controle financeiro deficitário, com valores significativos de dívidas sem qualquer procedimento de co-

brança, configurando o que o órgão entende como negligência.

Conforme o relatório, as três principais formas adotadas pela instituição a fim de assegurar sua “autosustentabilidade” foram alteradas. A primeira, com aumento da idade média da população de beneficiários devido a aumento da expectativa de vida da população. A segunda, a possibilidade de desligamento de servidores e membros de poderes com maiores salários e com menor número de dependentes que, novamente do ponto de vista econômico, retirou a solidariedade do plano, permanecendo contribuindo basicamente segurados com valor menor e mais dependentes. Por fim, a celebração de contratos de prestação de serviços e de saúde com outros entes sem observar o equilíbrio atuarial, gerado prejuízos financeiros para o IPE-SAÚDE.

Para o Sintergs, a questão precisa ter atenção do Governo do Estado sob pena de o IPE-SAÚDE entrar em colapso. Diante do relatório, a entidade destaca que ficou surpresa ao tomar conhecimento que o IPE é proprietário de 214 imóveis localizados no RS, dos quais 136, de acordo com o TCE, estão em Porto Alegre, totalizando um patrimônio na casa de mais de R\$ 100 milhões.

Esse patrimônio, que na visão do TCE estaria sem qualquer gerenciamento prudente, no entendimento do Sintergs poderia ser utilizado como forma de aplacar o prejuízo financeiro do próprio órgão.

O IPE-SAÚDE atende cerca de 1 milhão de vidas, entre segurados e dependentes, preservando a saúde dos servidores para bem desempenhar suas funções, de forma saudável e produtiva.

**DESPESA DE PESSOAL POR TIPO DE VÍNCULO - SERVIDORES ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - COMMISSIONADOS**

Competência: fev/17

SETOR DE PROVIMENTO	Tipo Vínculo	Qtd Vínculos	Total Vantagens	%
1900-SECRETARIA DA EDUCACAO	COMMISSIONADO	291	613.858,99	9,29%
0801-SECRETARIA DA CASA CIVIL	COMMISSIONADO	250	1.328.939,31	20,11%
2000-SECRETARIA DA SAUDE	COMMISSIONADO	130	357.930,66	5,42%
1200-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	COMMISSIONADO	105	284.725,91	4,31%
2200-SECR.DE OBRAS PUBLICAS, IRRIGACAO E DESENV. URBANO	COMMISSIONADO	95	448.450,32	6,79%
1500-SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUARIA E IRRIGACAO	COMMISSIONADO	89	268.207,62	4,06%
2400-SECR. DE MODERNIZACAO ADM. E DOS RECURSOS HUMANOS	COMMISSIONADO	79	277.797,30	4,20%
0800-GABINETE DO GOVERNADOR	COMMISSIONADO	64	365.416,60	5,53%
3000-DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	COMMISSIONADO	62	393.089,64	5,95%
1600-SECR. DE DESENV. ECONOMICO, CIENCIA E TECNOLOGIA	COMMISSIONADO	58	323.360,27	4,89%
1000-PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	COMMISSIONADO	55	202.217,31	3,06%
1300-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANCA E GESTAO	COMMISSIONADO	43	252.853,39	3,83%
0811-SECRETARIA DE COMUNICACAO	COMMISSIONADO	42	212.038,49	3,21%
3100-SECR. DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO	COMMISSIONADO	40	154.379,19	2,34%
2100-SECRETARIA DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	COMMISSIONADO	39	173.974,45	2,63%
2800-SECR. DE DES. SOCIAL, TRAB., JUSTICA E DIR. HUM.	COMMISSIONADO	39	159.979,94	2,42%
2300-SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER	COMMISSIONADO	33	153.761,33	2,33%
1100-SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	COMMISSIONADO	25	100.321,19	1,52%
0500-SECR. DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	COMMISSIONADO	23	87.731,10	1,33%
1800-SECRETARIA DOS TRANSPORTES	COMMISSIONADO	23	94.351,35	1,43%
0813-SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO	COMMISSIONADO	21	132.232,38	2,00%
1400-SECRETARIA DA FAZENDA	COMMISSIONADO	18	54.019,23	0,82%
1700-SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA	COMMISSIONADO	16	75.789,74	1,15%
0802-GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	COMMISSIONADO	11	77.463,29	1,17%
0803-CASA MILITAR	COMMISSIONADO	2	6.794,94	0,10%
0812-GABINETE DE POLITICAS SOCIAIS	COMMISSIONADO	1	8.200,19	0,12%
<b>TOTAIS</b>		<b>1654</b>	<b>6.607.883,93</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda RS

[http://tesouro.fazenda.rs.gov.br/upload/1491223228\\_Despesa\\_de\\_Pessoal\\_PE\\_Tipo\\_de\\_Vinc\\_Adm\\_Dir\\_oc](http://tesouro.fazenda.rs.gov.br/upload/1491223228_Despesa_de_Pessoal_PE_Tipo_de_Vinc_Adm_Dir_oc)  
 PESQUISA REALIZADA EM 05/04/2017

## Governo Sartori gasta mais de R\$ 79 milhões por ano com os chamados Cargos de Confiança (CCs)

É de R\$ 79 milhões o valor gasto por ano com apadrinhados políticos. Só a rubrica “0800”, que se refere ao Governador, reúne 391 CCs com um gasto de mais de R\$ 2,1 milhões por mês, cerca de R\$ 25 milhões por ano.

“O deputado Gabriel Souza, Líder do Governo na Assembleia Legislativa, deveria explicar esses números, pois em suas incoerentes manifestações defende a redução do Estado, defende extinção de fundações de pesquisa e desenvolvimento e ataca direitos dos trabalhadores do serviço público”, questiona o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier.

De acordo com estudo do Sintergs, os setores que mais possuem Cargos de Confiança são, pela ordem: Governador (391 CCs), Educação (291 CCs), Secretaria Estadual da Saúde (130 CCs), Segurança Pública (105 CCs), Secretaria

de Obras (95 CCs), Agricultura (89 CCs) e Secretaria de Administração (79 CCs).

Chama atenção também o gasto da Secretaria Estadual da Educação e da Secretaria Estadual de Obras com CCs. Ambas remuneram os apadrinhados com mais de R\$ 1 milhão por mês.

Enquanto isso, mais de 600 concursados altamente qualificados, preparados e que se submeteram às regras de concurso em concorrência ampla e igualitária por oportunidade de emprego, esperam há três anos nomeação na Secretaria Estadual da Saúde.

“Mas o Governo José Ivo Sartori, apoiado pelo deputado Gabriel Souza, prefere encher o Estado de CCs. E esta é uma realidade em outras Secretarias de Estado, promovida por este governo com o aval dos seus deputados aliados”, destaca o presidente do Sintergs.

## Secretaria Estadual da Saúde possui mais de 5,5mil cargos vagos, e concursados esperam há três anos para serem nomeados

Com mais de 5,5 mil cargos vagos (Diário Oficial edição de Fevereiro), o que significa falta de servidores para prestar serviço de saúde pública para a população do RS, 645 concursados aguardam a nomeação da Secretaria Estadual da Saúde.

Ao mesmo tempo, a SES é a pasta, proporcionalmente, que apresenta 12 vezes mais Cargos de Confiança (CCs) e contratos emergenciais que as secretarias de Educação e até da Segurança. Ao todo, 6% de todos os cargos da Secretaria Estadual da Saúde são ocupados com viés político.

O valor médio recebido em janeiro de 2017 por esses cargos na SES foi de mais de R\$ 3.300,00, enquanto na Secretaria da Educação esse valor cai para aproximadamente R\$ 2.250,00.

No dia 18 de Março, completaram-se três anos desde a homologação do concurso da SES, que ocorreu em 2013. Desse modo, há mais de 800 dias os concursados – assistentes de saúde, técnicos em saúde e especialistas em saúde – aguardam a nomeação por parte do Governo Sartori.

### Protesto no CAFF

Com o apoio do Sintergs, os concursados realizaram, no dia 17 de março, manifestação no Centro Administrativo com “apitação” para reivindicar a nomeação.

Para o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, a partir do Diário Oficial é possível ver que a SES necessita de servidores e que não faz sentido o Estado não nomear, pois quem mais sofre é a população, que é prejudicada com menos serviços.



Concursados realizaram protesto no CAFF

## Representantes regionais e setoriais do Sintergs tomam posse e são diplomados



Representantes dos Núcleos Regionais e Setoriais receberam orientações da Diretoria Executiva do Sintergs

Servidores estaduais associados do Sintergs de diferentes regiões do Estado tomaram posse e foram diplomados como Representantes Regionais e Setoriais do Sindicato. A cerimônia ocorreu no sábado (06/05), em Porto Alegre. Os trabalhadores receberam orientações da diretoria executiva, que também apresentou o funcionamento estrutural da entidade.

Segundo o diretor empossado Gilmar Luiz Colombelli, do Núcleo Regional 3, com sede em Cachoeira do Sul, a nova diretoria regional assumiu o desafio principalmente em função das penalidades sofridas pela categoria.

*“Tanto Especialistas em Saúde quanto Técnicos-científicos exercem funções relevantes para uma sociedade que paga um dos impostos mais altos do mundo e deveria receber um serviço à altura. Os servidores cumprem seu papel, mas os ataques dos governos causam a baixa qualidade do serviço”,* observa.

É por esse cenário que o grupo decidiu se organizar enquanto núcleo e fortalecer contraposição às reformas trabalhista e previdenciária propostas pelo governo federal, destaca o dirigente.

Lygia Maria Gisler, diretora do Núcleo Regional 6, com sede em Santana do Livramento, relata que 75% da categoria na região é composta por aposentados.

*“Queremos nos aproximar deles para que se unam à luta pelos nossos direitos junto ao governo. Só com os servidores atuando junto ao Sintergs conseguiremos fortalecer a categoria”,* aponta.

Já Sersi Logni, diretora do Núcleo Regional 14, com sede em Passo Fundo, diz que os trabalhadores do Município têm se engajado no combate às reformas trabalhista e previdenciária.

*“Na greve geral de 28 de abril, os Técnicos-científicos e os Especialistas em Saúde se uniram aos servidores de outras entidades e paralisaram os atendimentos em saúde, mantendo apenas serviços essenciais. Conseguimos, com outros sindicatos, fechar todo o comércio e interromper circulação de ônibus pelo dia inteiro. Isso é inédito no interior”,* destaca.

### União para fortalecer Sindicato

Com sede em Santa Maria, o Núcleo Regional 2 manteve seu diretor anterior, José Antonio Lagaggio.

*“Santa Maria sofre um desmonte como todos os outros municípios do Estado. A desmotivação dos servidores se dá devido à aflição que isso causa”,* opina.

Segundo Lagaggio, não há reposição de efetivo, apesar da realização de concurso recentemente. Para ele, somente através do Sintergs a categoria será ouvida, pois, individualmente, perde força.

Núcleo novo, a Regional dos entornos de Alegrete está começando do zero. Conforme o diretor Leonel Paz Bombach, o foco do trabalho está sendo sensibilizar a categoria a se associar ao Sintergs.

*“Temos uma leva de servidores que entraram no último concurso público e tinham medo de se engajar no sindicato, devido ao estágio probatório. Estamos conversando com eles que, aos poucos, estão se encorajando a participar”,* revela.

A questão que mais preocupa os servidores da região é a terceirização prevista na reforma trabalhista, que, para Bombach, pode acabar com o funcionalismo público.

Na opinião do Vice-diretor do Núcleo Regional da região de Ijuí, Charles Boff, o principal desafio é fortalecer a base, para que o sindicato tenha uma atuação maior.

*“Não tínhamos núcleo e, por isso, nossas mobilizações eram mais desorganizadas. Queremos nos articular, para termos uma unidade maior”,* ressalta.

Os servidores da região reclamam do parcelamento dos salários e dos perigos gerados pelas reformas trabalhista e previdenciária propostas pelo Governo Federal.

Reeleita, a diretora do Núcleo Regional 19, com sede em Pelotas, quer promover a integração entre os diferentes municípios que compõem o Núcleo.

*“Temos duas cidades de fronteira, Jaguarão e Chuí, o que dificulta a articulação. Os Especialistas em Saúde lotados nos municípios pequenos acabam trabalhando de forma municipalizada, pois atuam integrados com os seguidores municipais. Queremos estabelecer líderes nesses polos, para sabermos das demandas de cada local”,* explica Daniza Campos.

### Remobilização contra sucateamento

O Núcleo da Regional com sede em Cruz Alta estava inativo nos últimos anos, por conta da desmobilização na região. Neste ano, foi reativado.

*“Com as reformas em andamento, muita gente percebeu que terá que se engajar, porque senão perderá direitos. Nossa intenção é manter essas pessoas engajadas”,* avalia o diretor Dante Westphalen.

Outra demanda do Núcleo é o combate ao sucateamento atual, existente devido à falta de reposição de servidores e más condições de trabalho.

Ao fim do evento, o presidente do Sintergs avaliou como muito positiva a reunião, o que demonstra que o Sintergs está no caminho certo, mobilizando, engajando e organizando as ações do Sindicato, principalmente no interior. A expectativa, segundo Nelcir André Varnier, é alinhar o sindicato a toda a categoria.

*“Queremos uma rede constituída, onde tenhamos diretores em cada regional e setorial que venham falar conosco sobre suas demandas”,* afirma.

O presidente do Sintergs comemora ainda a ativação de novas regionais, que agora terão recursos financeiros e a estrutura da entidade para qualificar a atuação na sua região.



Presidente do Sintergs destaca união para fortalecer Sindicato

## Diante da decisão do PDT de deixar base do Governo Sartori, Sintergs pressiona deputados para que votem contra Pacote de Maldades do Piratini

Após a decisão do PDT de desembarcar do Governo José Ivo Sartori, o Sintergs percorreu gabinetes da Assembleia Legislativa, no início de abril, pressionando os deputados da sigla a votarem contra o Pacote de Maldades do Governo Sartori.

A saída imediata do PDT da base do Governo Sartori foi aprovada no dia 11 de abril, com os votos de 95% dos integrantes do diretório estadual que participaram da reunião, que contou com a presença do presidente nacional do partido, Carlos Lupi.

As únicas vozes em defesa da permanência do PDT no Governo foram dos deputados Gilmar Sossella e Vinícius Ribeiro. Os parlamentares foram cruciais para o Palácio Piratini, no fim de 2016, como forma de garantir a aprovação do PL 242 (extinção de oito fundações estaduais).

Em reunião na Assembleia com o deputado estadual Gerson Burmann (PDT), o 1º Vice-presidente do Sintergs, Engenheiro Guilherme Toniolo, tratou dos projetos que fazem parte da segunda parte do Pacote do Governo Sartori e, além disso, salientou a importância da Secretaria Estadual de Obras para o RS, a qual está na imi-

nência de ser desmantelada. No início de abril, Burmann deixou a pasta. O Secretário de Governança, Carlos Búrigo, assumiu as funções de forma interina.

Na sede do PDT, em Porto Alegre, o Sintergs, juntamente com o presidente do Sindicato dos Engenheiros (SENGE-RS), Alexandre Mendes Wollmann, entregou a deputados e lideranças da sigla documento assinado por 11 entidades.

No texto, Sintergs, Afagro, Ugeirm, Sindsepers, Sindispge, Sindicaixa, CGTB, SENGERS, Seasop, Ceape e Sindpers solicitam que os parlamentares pedetistas votem contra os projetos do Piratini que atacam e subtraem direitos dos trabalhadores.

Para o Presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, a saída do PDT da base do Governo representa uma espécie de meia vitória. Para ele, o partido de fato decidiu, entre calorosos discursos, a saída do governo. No entanto, acrescenta, nada garante que os parlamentares votarão contra os projetos do Executivo. "Temos que continuar em alerta máximo e manter trabalho de pressão", destaca Nelcir.

## Em meio a posse de novo presidente da AL, diretoria do Sintergs pressiona deputados contra Pacote do Governo Sartori

Em meio a posse do novo presidente da Assembleia Legislativa, no fim de janeiro, e a volta do recesso parlamentar, a diretoria do Sintergs percorreu os gabinetes de alguns parlamentares para pressionar contra os projetos do pacote do Governo Sartori. Junto com entidades que integram o Fórum de Servidores, como Sindispge e Afagro, o Sintergs também manteve contato com os deputados Ciro Simone (PDT) e Luis Augusto Lara (PTB).



Servidores com deputado Ciro Simoni (PDT) e Luiz Augusto Lara (PTB)



Presidente do Sintergs conversa com deputado Adilson Troca (PSDB)

## Deputado Bombeiro Bianchini se diz contrário a propostas do Governo Sartori que atacam direitos dos servidores públicos



A afirmação foi feita durante reunião com a direção do Sintergs, em fevereiro, na Assembleia Legislativa. Na ocasião, o deputado estadual Bombeiro Bianchini (PPL) afirmou que votará contra as propostas que tiram direitos dos servidores públicos estaduais.

Ainda para os dirigentes do Sintergs, o parlamentar observou que o Governo erra ao deixar os servidores públicos tanto tempo sem reposição das perdas inflacionárias.



Presidente do Sintergs com deputada Juliana Brizola



Reunião com deputado Gerson Burmann



Ex-secretário Estadual da Educação, Vieira da Cunha, entre o 1º Vice e o Presidente do Sintergs



Presidente do Sintergs com deputado Ciro Simoni

## Presidente do Sintergs critica no jornal Zero Hora fechamento de fundações

### Líderes sindicais defendem recuo de Sartori

São os argumentos de que a sociedade está perdendo com a perda de órgãos conselheiros independentes para o desenvolvimento do Rio-Grande do Sul, a atuação dos empresários em empresas de desenvolvimento, Práticas, Infra-estrutura e Projetos e de Fundação Estadual (ONGs) presentes na Política Pública e outras ações.

— O que foi aprovado na Assembleia foi apenas a autorização para começar —, diz o diretor de contabilidade, Manoel Pires.

A medida não representa o fechamento de atividades e que as atividades serão transferidas para outras entidades.

**A posição é compartilhada por Nelcir André Varnier, que preside o Sindicato dos Técnicos-Científicos do Rio Grande do Sul: — O conhecimento gerado nesses órgãos não tem preço.**

## Senado abre consulta pública sobre a reforma trabalhista

Já está no site do Senado Federal a consulta pública sobre a Reforma Trabalhista. Até o momento, a maioria absoluta das pessoas que votaram é contra o Projeto de Lei da Câmara nº 38. Mas, quanto mais pessoas votarem, melhor. Por isso, não deixe de votar.

O texto traz as especificações do projeto que prevê a alteração das Leis Trabalhistas. Qualquer pessoa cadastrada no portal pode dar sua opinião sobre as proposições em tramitação no Senado.

Compartilhe: [www12.senado.leg.br/cidadania/visualizacaoamateria?id=129049](http://www12.senado.leg.br/cidadania/visualizacaoamateria?id=129049)



## Entidades assinam manifesto em apoio à instalação da CPI dos Incentivos Fiscais no RS



Diretor de Assuntos Previdenciários e Saúde do Sintergs, Danilo Luiz C. Krause, assinou manifesto

Mais um passo para que seja instalada a CPI dos Incentivos Fiscais na Assembleia Legislativa foi dado no dia 18 de abril. Reunidas em Porto Alegre, 23 entidades assinaram o “Manifesto à Sociedade Gaúcha”, declarando apoio à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Com isso, as entidades, entre as quais o Sintergs, reiteraram a premissa de se dar transparência à concessão de incentivos fiscais no RS.

A mobilização das entidades tem o objetivo de garantir as 19 assinaturas necessárias para a instalação da CPI. O requerimento é de autoria do deputado estadual Luís Augusto Lara (PTB).

Durante o ato de apoio à instalação da CPI, as entidades lembraram as irregularidades envolvendo os incentivos fiscais concedidos no Estado do Rio de Janeiro, assim como a autorização do STF, dentro da Operação Lava Jato, para abertura de investigação envolvendo um caso de concessão fiscal no RS.

### Assembleia Legislativa

Na sequência do ato, as entidades se dirigiram à Assembleia Legislativa para dialogar com os parlamentares que ainda não haviam o requerimento. Em visita à bancada do PDT, os deputados se comprometeram em analisar o tema.

## Sintergs faz reunião com assessoria de Ministra do STF para detalhar questão dos vencimentos cortados dos servidores extranumerários da SES

O caso dos vencimentos dos servidores públicos extranumerários da Secretaria Estadual da Saúde do RS, que tiveram cortados dos seus vencimentos os valores correspondentes à dedicação exclusiva, foi levado para o conhecimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

No dia 25 de abril, o 2º vice-presidente do Sintergs, Joanes Machado da Rosa, acompanhado dos advogados José Augusto da Fontoura Japur e Juliana Meus, reuniu-se com a assessoria do gabinete da Ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber.

Na ocasião foi relatada a arbitrariedade do corte dos vencimentos dos servidores, tendo em vista a falta do trânsito em julgado da ação que discute a questão. O 2º Vice-presidente do Sintergs destacou, ainda, o enorme prejuízo causado aos servidores que renunciaram às suas atividades particulares para

aderirem a este adicional. Além de possibilitar aos assessores da ministra terem uma melhor compreensão da situação fática e jurídica, a reunião de representantes do Sintergs no STF possibilitou aos advogados do Sindicato estabelecer uma estratégia ainda mais adequada para enfrentar o processo.

No mesmo dia, foi protocolado requerimento para que a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), que está em tramitação no STF, seja levada para apreciação do plenário da Corte o mais rapidamente possível.



2º vice-presidente do Sintergs, Joanes Machado da Rosa, acompanhado dos advogados José Augusto da Fontoura Japur e Juliana Meus

Decisão da Justiça

## Banrisul terá de devolver valores de servidores que anteciparam o 13º

Rádio Guaíba  
@RdGuaibaOficial

Governo

## Justiça manda Banrisul devolver valores descontados de servidores que anteciparam o 13º salário

Sindicato da categoria questionou na Justiça o débito realizado pelo banco, que é administrado pelo governo do Estado

## Justiça manda Banrisul devolver valores descontados de servidores que anteciparam o 13º salário

Sindicato da categoria questionou na Justiça o débito realizado pelo banco, que é administrado pelo governo do Estado

Liminar manda Estado devolver valores cobrados de técnicos-científicos que anteciparam 13º [ift.tt/2qATTHK](http://ift.tt/2qATTHK)

## Justiça manda Banrisul devolver valor descontado de servidores do RS que anteciparam 13º salário

Decisão foi tomada em caráter liminar pelo juiz Alexandre Schwartz Manica, da 10ª Vara Cível de Porto Alegre. Banco ainda pode recorrer da sentença.



Zero Hora @zerohora · 2h

Sindicato da categoria questionou na Justiça débito realizado pelo banco, que é administrado pelo governo do Estado



Justiça manda Banrisul devolver valores descontado...  
[zh.clicrbs.com.br](http://zh.clicrbs.com.br)

## BANRISUL TERÁ DE RESSARCIR SERVIDORES

Os servidores públicos que anteciparam o 13º salário de 2016 e tiveram o valor descontado pelo Banrisul serão ressarcidos pelo banco. A decisão é do juiz Alexandre Schwartz Manica, da 10ª Vara Cível.

De acordo com o Sintergs, autor da ação, os valores foram debitados na conta dos servidores mesmo com o parcelamento do 13º promovido pelo governo, acionista majoritário do banco. O Banrisul pode recorrer, mas informou que ainda não foi notificado.

GOVERNO

## Justiça manda Banrisul devolver valores descontados de servidores que anteciparam o 13º salário



10 mai 2017 - 06:44

Liminar manda Estado devolver valores cobrados de técnicos-científicos que anteciparam 13º

Decisão favorece filiados ao Sintergs

O Banrisul vai ter de devolver valores descontados da conta de servidores públicos que anteciparam o 13º salário em 2016. A decisão foi tomada em caráter liminar pelo juiz Alexandre Schwartz Manica, da 10ª Vara Cível de Porto Alegre. Banco ainda pode recorrer da sentença.

Em 2016, parte dos servidores antecipou o 13º salário de operação no Banrisul. O governo não pagou o benefício em dia, mas o banco tirou os valores. Sem pagar juros, foram debitados valores de cheque especial, cartão de crédito e salário.

No processo, o Sintergs exige o embargo dos valores descontados e os encargos financeiros decorrentes do crédito. Para obter esse embargo, o Sintergs alega que o contrato sobre os débitos de pagamento, o fim de contrato de prestação de serviços do 13º, além da não incidência de juros sobre o pagamento parcelado no débito. O Sintergs também requer que o Banrisul deva reconstituir o nome dos servidores. Também são pedidos danos morais e materiais.

O prazo de recurso desta liminar é de 15 dias. O banco ainda pode recorrer da decisão.

DECISÃO DA JUSTIÇA

Banrisul terá de devolver valores de servidores que anteciparam o 13º

# Banrisul terá que devolver valores descontados de servidores devido a antecipação do 13º de 2016

Após o Banrisul conseguir suspender provisoriamente liminar, o juiz da 10ª Vara Cível proferiu nova decisão (distribuída sob o n. 001/1.17.0004007-4), segundo a qual o banco terá que devolver até a segunda-feira (29/05) valores descontados a título de “antecipação do 13º salário”, incluindo os encargos financeiros, nos meses em que não houve pagamento da parcela pelo Estado, de todos os servidores representados pelo Sintergs, conforme decisão proferida ainda em abril de 2017.

No início de Maio, a partir de ação do Sintergs com pedido de antecipação de tutela (liminar), o juiz Alexandre Schwartz Manica determinou que o banco devolvesse os valores aos servidores. Na segunda semana de Maio, porém, o juiz Luiz Augusto Guimarães de Souza suspendeu a liminar diante de embargos de declaração apresentados pelo Banrisul. Mas na última semana, após o Sintergs apresentar lista com identificação de seus servidores representados, o juiz proferiu nova decisão, obrigando o banco a restituir os valores aos servidores que tiveram descontos dos seus vencimentos.

“Considerando que a parte autora (Sintergs) juntou a relação com os nomes e identidade funcional de todos os filiados e, com isto, supriu a omissão referida na decisão que concedeu efeito suspensivo aos embargos declaratórios. Intime-se o banco (Banrisul) demandado para que cumpra a decisão de folha 81. Intime-se.”,

refere o juiz Luiz Augusto Guimarães de Souza em seu despacho.

Em 2016, como já ocorrera em outros anos, muitos servidores públicos anteciparam o 13º salário através de operação no Banrisul. No entanto, o Governo José Ivo Sartori não pagou em dia o 13º, que está sendo quitado de forma parcelada.

O Banrisul, no entanto, cobrou o valor dos servidores, sendo que em alguns casos, foram debitados valores do cheque especial, fazendo o servidor pagar juros exorbitantes.

Na ação, o Sintergs reivindica estorno dos valores descontados sob a rubrica antecipação do 13º salário e os encargos financeiros decorrentes de tal cobrança.

Pede ainda que seja determinada a revisão da Cláusula Contratual que dispõe acerca da data de vencimento da contratação, de maneira a vincular tal vencimento ao pagamento do 13º salário de 2016, na forma parcelada, conforme proposto pelo Governador do RS, bem como a não incidência de encargos financeiros sobre pagamento parcelado do débito.

Por fim, a ação requer que o Banrisul – réu no processo – abstenha-se de promover a inscrição do nome dos servidores filiados em cadastros restritivos de crédito.

Diante da mais recente decisão que manda o banco restituir os valores, o Banrisul ainda pode recorrer no Tribunal de Justiça do RS.

## Nota de esclarecimento

O Sintergs defende os direitos dos servidores públicos estaduais de nível superior Técnicos-científicos, Especialistas em Saúde, Extranumerários e demais quadros que representa, sem medir esforços.

Desde o início do Governo José Ivo Sartori, o Sindicato luta firmemente, de forma tenaz e coesa, contra os constantes ataques que visam a reduzir os direitos dos servidores e o serviço público, numa tentativa de colocar a opinião pública contra o servidor que é, verdadeiramente, quem atende a população e quem faz a máquina pública funcionar.

Mesmo diante de tantos obstáculos e desafios, é possível afirmar que foi alcançado, de certa forma, algum êxito nas ações do Sintergs. Projetos que atacam frontalmente os direitos dos servidores estão paralisados por conta do enfraquecimento da base do Governo Sartori.

Isso é fruto das ações do Sintergs que, cerrando fileiras com outras entidades, tem trabalhado e muito para isso. Na maioria das vezes, as ações que são levadas a cabo ficam evidentes. Em outros casos, estrategicamente, nem sempre o servidor percebe o trabalho eficaz e efetivo realizado pelo seu Sindicato.

Para enfrentar um Governo intransigente, que só ataca os servidores e que comanda uma máquina política poderosa, mobilizações, inúmeras ações judiciais impetradas e campanhas de diferentes portes necessitam de recursos financeiros. Não há outra saída. Do contrário, o Sindicato perece.

Para que seja possível, por exemplo, realizar mobilizações, como paralisações, são necessários investimentos financeiros desde seu planejamento até a sua inteira execução. Cumpre destacar que nossas categorias se encontram em todos os cantos do RS.

Com o objetivo de garantir a ação cada vez mais forte e contundente na defesa dos interesses dos seus associados, Técnicos-científicos, Especialistas em Saúde, Extranumerários e seus quadros representados, o Sintergs habilitou-se judiciamente para o recebimento do imposto sindical, uma vez que estes recursos poderiam ser destinados para outras organizações sem a garantia de um retorno adequado como preconiza esta entidade sindical.

Desde o início de Maio, inúmeros servidores têm questionado quanto ao desconto do imposto sindical, definido e instituído por lei e de caráter compulsório, nos termos da Consolidação das Leis Trabalhista.

Com o atraso dos salários dos servidores, o que foi feito pelo Governo, até o momento, foi apenas o registro do desconto no contracheque do servidor. Dessa forma, os valores referentes ao imposto sindical somente serão descontados do servidor e repassados ao Sintergs após a integralização do pagamento dos salários.

O Sintergs deu início à regularização dos documentos para habilitar-se a receber os recursos oriundos dessa cobrança no mês de março. Ao tempo, o Sindicato ingressou com ações judiciais para garantir a devida destinação destes recursos.

O imposto sindical tem como objetivo proporcionar a ampliação

das iniciativas e capilaridade do Sintergs, fortalecendo o Sindicato e propiciando que a entidade persevere ainda mais em prol dos seus representados.

Por essa razão, o Sintergs também ingressou com outras duas ações judiciais: uma contra a arrecadação da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e outra contra a cobrança por parte da Federação Sindical dos Servidores Públicos no Estado do RS (Fessergs). O Sintergs exigiu a devolução imediatamente para o servidor. No entanto, infelizmente, apesar de as ações conterem pedido de liminar, estas não foram deferidas. De qualquer forma, as demandas seguem tramitando.

### Benefícios

Seja o servidor associado ao Sintergs ou não, todos se beneficiam das iniciativas da entidade como ações judiciais, administrativas, políticas ou assistenciais. Assim, parece injusto quando alguns colegas contribuem espontaneamente e outros não.

Após o Executivo Estadual repassar o valor recolhido, o Sintergs procederá os respectivos reembolsos para seus associados e, em outro momento, o Conselho Deliberativo do Sintergs será convocado para discutir as realocações orçamentárias do valor arrecadado.

A situação financeira do Sintergs é sólida, possui planejamento e extremo zelo sobre os recursos dos seus representados. Mas é preciso avançar sempre. A meta é transformar o Sintergs em uma entidade referência. Uma entidade que, além da atuação em prol do servidor público, seja protagonista também no campo social, somando esforços com outros atores da sociedade para tornar o Brasil um país melhor para se viver. O intuito é desencadear sinergias, agregando forças, trazendo benefícios concretos que amenizem e solucionem nossas necessidades, não só como categoria, mas como sociedade.

O recurso oriundo do Imposto Sindical é do servidor público, e a destinação desse recurso será para o servidor público.

O problema não é o imposto sindical, mas sim a correta destinação destes recursos.

Direção do Sintergs

## ATENÇÃO PRECATORISTA PREFERENCIAL

Verifique com seu advogado o pagamento de seu precatório preferencial. O estado iniciou novamente o pagamento dos valores até 120 salários mínimos.

Informações: (51) 3025.0011



**Nelcir André Varnier** - Diretor-Presidente  
**Guilherme Toniolo** - Diretor 1º Vice-Presidente  
**Joanes Machado da Rosa** - Diretor 2º Vice-Presidente  
**Ivone Antunes Peixoto** - Diretor 1º Secretário  
**Ana Lúcia Touguinha Weidle** - Diretor 2º Secretário  
**Daniel Lima Gonzaga** - Diretor Financeiro  
**Francisco Menegat** - Diretor Financeiro Adjunto  
**Vinício Sólton Marques Filho** - Diretor de Política Salarial

**Elpídio Jaques de Borba** - Diretor de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica  
**Valdir Bandeira Fiorentin** - Diretor de Comunicação  
**Humberto Periolo** - Diretor de Assuntos Regionais e Setoriais  
**Daniilo Luiz C. Krause** - Diretor de Assuntos Previdenciários e Saúde  
**Pedro Alberto Armani Martins** - Representante Titular dos Aposentados  
**Marco Túlio de Albuquerque** - Representante Titular dos Aposentados  
**Lenora Horn Schneider** - Representante Suplente dos Aposentados  
**Marlene Terezinha Coling** - Representante Suplente dos Aposentados

**TRANSPARÊNCIA, COMPROMETIMENTO E UNIÃO PARA CONTINUAR AVANÇANDO.**

Rua José de Alencar, 1089 | CEP 90880-481 | Porto Alegre - RS | Fone: (51) 3025.0011 | [www.sintergs.org.br](http://www.sintergs.org.br) | [sintergs@sintergs.com.br](mailto:sintergs@sintergs.com.br)

### EXPEDIENTE

Boletim Informativo do Sindicato dos Técnicos-Científicos do Estado do Rio Grande do Sul

Conteúdo:  
Spindler Comunicação Corporativa  
[www.spindler.com.br](http://www.spindler.com.br)

Tiragem:  
6.500 exemplares